

N. F. Nº - 298951.0012/22-1
NOTIFICADO - MARQUES FAIR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE POLPAS DE FRUTAS LTDA.
NOTIFICANTE - EDIJALMA FERREIRA DOS SANTOS
ORIGEM - DAT SUL / INFAZ CENTRO SUL
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 11/07/2023

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**ACÓRDÃO JJF Nº 0135-04/23NF-VD**

EMENTA: ICMS. RECOLHIMENTO A MENOS. APLICAÇÃO DE ALIQUOTA DIVERSA DA PREVISTA NA LEGISLAÇÃO. Razões de defesa elidem em parte a autuação. Refeito o demonstrativo de débito em sede de Informação Fiscal. Item subsistente parcialmente. Auto de Infração **PROCEDENTE EM PARTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 20/06/2022, decorrente do cometimento da seguinte infração à legislação do ICMS:

Infração 01 - 003.002.002 - Recolheu a menor ICMS em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas, no valor de R\$ 9.262,51, acréscimo moratório de R\$ 1.383,86, e multa de R\$ 5.557,50 perfazendo um total de R\$ 16.203,87.

A Notificada ingressa com impugnação, fls. 15 a 16, inicialmente transcrevendo o teor da acusação. Em seguida diz que a infração é devida, pois causada por um erro sistêmico, porém, não procede aplicar 28% no produto Vivagurte, NCM 0403.10.00, pois este produto cai na regra geral de 18% para as operações internas, de acordo com o Art. 15, do RICMS/BA.

Tendo em vista a apresentação da presente Impugnação, requer o reconhecimento da suspensão da exigibilidade do crédito tributário ora discutido, em razão da não existência do fato gerador do tributo sobre o produto Vivagurte a 28% quando deveria ser 18%, previsto no Artigo 15, inciso I, alínea "a", da Lei nº 7.014/96.

Finaliza formulando os seguintes pedidos:

"a) o recebimento da presente Impugnação, uma vez que é pertinente para a tratativa do produto Vivagurte;

b) que seja reconsiderado o Auto de Infração, em razão da não existência do fato gerador do tributo, previsto no artigo Artigo 15, inciso I, alínea "a", da Lei nº 7.014/96.

c) que seja reconhecida a suspensão da exigibilidade do crédito tributário, enquanto estiver em discussão administrativa o presente Auto de Infração, conforme dispõe o artigo 151, III, do CTN;

d) caso não seja pelo cancelamento do Auto de Infração, e sim uma reanálise, o entendimento da Ilma. Autoridade Administrativa, que este, então, seja revisado e que eventuais valores remanescentes sejam lançados em novo Lançamento com novo prazo para apresentação de defesa."

A informação fiscal foi prestada às fls. 19 a 20 onde o notificante inicialmente esclarece que a empresa possui o CNAE 1031-7/00 – Fabricação de conservas de frutas, e a irregularidade apontada às folhas 01 e 02 do PAF, foi apurada a partir do que consta em Documentos Fiscais emitidos pelo contribuinte, nas Escriturações Fiscais Digitais (EFDs) e em documentos de arrecadação, cujos dados foram compilados nos Demonstrativos apresentados ao autuado, conforme atesta o documento apensado às folhas 05 a 09 do PAF.

Após, diz que o autuado em suas razões defensivas alega que: *"A infração acima não é devida, causada por um erro sistêmico, porém não procede aplicar 28% no produto Vivagurte, NCM 0403.10.00, pois este produto cai na regra geral de 18% para as operações internas"*.

Em seguida se pronuncia dizendo que foi realizada a devida análise dos fatos, e entende que razão assiste ao autuado. Diante disso, elaborou novos demonstrativos, apensados a esta Informação Fiscal, expurgando os valores indevidos.

Conclui que após o expurgo e correção dos valores apurados, remanesce o valor de R\$ 6.544,92 (seis mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos) a serem reclamados e mantém parcialmente o que foi apurado na presente ação fiscal que resultou na reclamação do crédito tributário.

O Notificado foi cientificado via Aviso de Recebimento - AR, com data de entrega em 23/01/23, conforme documentos anexados às fls. 30/31, e posteriormente encaminhado a este Conselho em 09/03/2023, fl. 33.

VOTO

O presente lançamento acusa o contribuinte de ter efetuado o recolhimento a menos do ICMS em decorrência de erro na apuração dos valores do imposto, em razão de aplicação de alíquota diversa da prevista na legislação nas saídas de mercadorias regularmente escrituradas.

O notificado contesta parcialmente o valor exigido, asseverando ter havido equívoco por parte da fiscalização, no que diz respeito ao produto Vivagurte, NCM 0403.10.00. Diz que a fiscalização aplicou incorretamente a alíquota de 28%, quando o correto seria 18%, conforme previsto no art. 15 do RICMS/Ba.

O autuante ao prestar a Informação Fiscal reconhece o equívoco apontado pelo notificado, e elabora novos demonstrativos expurgando os valores indevidos, fls. 22 a 29, alterando o valor para R\$ 6.544,92.

A NCM 0403.10.00 se relaciona ao produto "Iogurte", e o mesmo é tributado normalmente à alíquota de 18%. Entretanto, como reconhecido pelo próprio auditor fiscal, ao prestar a Informação Fiscal, na elaboração da planilha que dá sustentação ao lançamento foi aplicada incorretamente a alíquota de 28%, razão pela qual acato as alterações por ele promovidas, de acordo com as planilhas analíticas anexadas às fls. 23 a 24, que alterou o valor devido de R\$ 9.262,51 para R\$ 6.544,92, conforme demonstrativo de débito à fl. 22. Consequentemente a infração é parcialmente subsistente.

Em relação ao pedido formulado pelo sujeito passivo referente ao reconhecimento da suspensão da exigibilidade do crédito tributário esclareço que o processo já se encontra nesta condição, assim permanecendo até o julgamento definitivo neste Conselho.

Ante ao exposto voto pela PROCEDÊNCIA PARCIAL do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

Acordam os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância ÚNICA, julgar **PROCEDENTE EM PARTE**, a Notificação Fiscal nº **298951.0012/22-1**, lavrada contra **MARQUES FAIR INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE POLPAS DE FRUTAS LTDA.**, devendo ser intimado o notificado para efetuar o recolhimento do imposto no valor de **R\$ 6.544,92** acrescido da multa de 60%, previstas no art. 42, inciso II, alínea "a", da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 27 de junho de 2023.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ - RELATORA